

Para CUT, choque heterodoxo virá em breve

São Paulo — A direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) vê, como certa e iminente, a aplicação pelo Governo de um choque heterodoxo na economia, dolarizando a moeda, congelando temporariamente os preços dos bens de consumo sem referência internacional e atrelando ao câmbio bens com cotação internacional. Segundo Jair Meneguelli, que passou o dia de ontem na plenária nacional da CUT, foi a expectativa deste choque iminente que convenceu a direção da Central a desistir de voltar a participar das negociações com o Governo, na Agenda Brasil, cujos itens em discussão, segundo o sindicalista, perderiam o sentido com a dolarização.

Para Gilmar Carneiro, secretário-geral licenciado da

CUT, o choque, na sua primeira fase, seria benéfico ao trabalhador, mas iria exigir “muita sensibilidade do Governo a médio e longo prazos, para não ter o mesmo desfecho dos pacotes anteriores. Um choque a estas alturas, teria mais pros que contras”, afirma Gilmar, que teme porém retração do mercado de trabalho, como aconteceu na Argentina, Chile e México.

Para o economista Sérgio Mendonça, diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que assessorava a direção da CUT na plenária nacional, as mais fortes indicações de um provável choque na economia foram prenunciadas nos próprios discursos do ministro Fernando Henrique Cardoso.

Além disso, segundo o economista, a escalada da inflação, que já estaria ultrapassando os 35%, podendo disparar até beirar o descontrole, poderá servir como maior argumento a uma intervenção do estado na economia.

Mendonça acredita que FHC negociará com os empresários, jogando na mesa a ameaça de abandonar o Governo, e com a perspectiva de caos generalizado que sua saída geraria.

Para Gilmar, o Governo vai jogar todas as suas fichas na dolarização. “Esta vai ser a alternativa, o resto é conversa mole”, afirma o sindicalista, que aposta na dolarização em setembro, de maneira a que o Governo possa influir na revisão constitucional, em outubro, com “moral alta”, apoiada numa inflação de 3%.